



ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL DE INFRAESTRUTURA (CT-INFRA)

Data: 19/12/2012

Horário: das 10:00h às 12:30h

Local: MCT – BRASÍLIA - DF

1. PRESENTES

1.1 – Membros do Comitê Gestor

Luiz Antonio Rodrigues Elias – MCTI – Presidente do CT-INFRA

Luiz Carlos Rego – MEC

Glaucius Oliva - CNPq

Idelazil Cristina Talhavini – CAPES (representante)

Roberto Vermulm – FINEP (representante)

José Ivonildo do Rêgo – Comunidade Científica – por videoconferência

Renato Machado Cotta - Comunidade Científica – por videoconferência

Ausência Justificada

Amaro Lins – MEC

Jorge Almeida Guimarães- CAPES

Glauco Antonio Truzzi Arbix – FINEP

1.2 – Equipe Técnica e Convidados

Adriana C. Marinho – CNPq

Ana Lúcia Delgado Assad – MCTI/ASCOF

Andréa Magnavita – ASCAV/MCTI

Cláudio Valério – CNPq

Eduardo Moresi – CGEE

Elianne Prescott – MCTI/ASCOF

Marlos Agostini – MCTI/ASCOF

Ricardo Rosa – FINEP

2. PAUTA DA REUNIÃO

1. Abertura - Presidente do Comitê
2. Plano de Investimento do FNDCT para 2012
 - Balanço das ações do Fundo no âmbito do CNPq
 - Balanço das ações do Fundo no âmbito da FINEP
3. Cenário do Orçamento do FNDCT para 2013 e Plano de Investimento para 2013
 - Diretrizes para o Planejamento das Ações para 2013
 - Informe sobre a reunião do Grupo de Trabalho
 - Deliberações
4. Documentos do Fundo Setorial
 - Manual Operativo
 - Regimento Interno
5. Documento de Diretrizes
6. Outros Assuntos:
 - Ata da 36ª Reunião do Comitê

- Ata da Reunião Extraordinária
- Calendário de reuniões de 2013

3. ANDAMENTO DA REUNIÃO

1. Boas vindas do presidente do Comitê

A reunião foi aberta pelo Secretário Executivo do MCT e Presidente do Comitê Gestor, Luiz Antonio Rodrigues Elias, que deu boas vindas a todos os presentes. O Presidente leu a pauta da reunião e questionou se os membros gostariam de incluir algum tema para a discussão. Todos concordaram com a pauta da reunião.

2. Plano de Investimento do FNDCT para 2012

- Balanço das ações do Fundo no âmbito do CNPq
O Presidente do CNPq, Glaucius Oliva, explicou que a inserção do CT-INFRA no CNPq é pequena. Os recursos do CT-INFRA recebidos em 2012 pelo CNPq, no total de R\$ 3,492 milhões, foram referentes às bolsas dos projetos do CT-INFRA na FINEP. Estes recursos foram totalmente empenhados.
- Balanço das ações do Fundo no âmbito da FINEP
O secretário técnico do CT-INFRA na FINEP, Ricardo Rosa, iniciou sua apresentação com uma recapitulação a respeito das ações vigentes, aprovadas nos últimos dois anos.

Referentes às ações aprovadas em 2010:

Na Chamada Pública MCT/FINEP/CT-INFRA – CAMPI REGIONAIS 01/2010, foram aprovados 41 dos 58 projetos submetidos, representando um valor de R\$ 59,98 milhões. Dos projetos aprovados, 36 já foram contratados e 5 encontram-se em processo de contratação.

Na Chamada Pública MCT/FINEP/CT-INFRA – INFRAESTRUTURA EM CAMPI ESTADUAIS E MUNICIPAIS 03/2009, foram aprovados 31 dos 32 projetos submetidos, representando um valor de R\$ 29,27 milhões. Dos projetos aprovados, 24 já foram contratados, 5 encontram-se em processo de contratação e 2 projetos foram arquivados em virtude de descumprimento de prazos.

Na Chamada Pública MCT/FINEP/CT-INFRA – PROINFRA 01/2009, foram aprovados 110 dos 165 projetos submetidos, representando um valor de R\$ 359,76 milhões. Dos projetos aprovados, 104 já foram contratados, 4 encontram-se em processo de contratação e 2 projetos foram arquivados em virtude de descumprimento de prazos.

Em 2011:

Na Chamada Pública MCT/FINEP/CT-INFRA – PROINFRA 02/2010, foram aprovados 118 dos 178 projetos submetidos, representando um valor de R\$ 361 milhões. Dos projetos aprovados, 92 já foram contratados, 21 encontram-se em processo de contratação e 5 projetos foram arquivados em virtude de descumprimento de prazos.

Roberto Vermulm, representante da FINEP, lembra que este número menor de operações contratadas deve-se a restrições da LDO de 2011.

Em 2012:

Na Chamada Pública MCT/FINEP/CT-INFRA – PROINFRA 01/2011, foram aprovados 97 dos 148 projetos submetidos, representando um valor de R\$ 403,01 milhões. Dos projetos aprovados, 9 já foram contratados, 86 encontram-se em processo de contratação.

A respeito do desempenho orçamentário, dos R\$ 364,94 milhões aprovados na LOA, em 12 de dezembro, R\$ 330,29 milhões foram empenhados, R\$ 4,57 milhões foram transferidos ao CNPq e R\$ 12,811 referem-se a despesas operacionais e taxa de administração.

A discrepância de valor entre os dados fornecidos pela FINEP e CNPq deve-se, segundo os representantes de ambas as agências, às datas de obtenção dos dados.

Os R\$ 17 milhões restantes, em relação aos R\$ 364,94 milhões aprovados na LOA, devem ser artefato dos lançamentos no sistema SIAFI, aspecto que será mais bem esclarecido com o fechamento do exercício.

Desta forma, desde 2009, a carteira dos investimentos do Fundo soma mais de R\$ 1,2

bilhão. Colocou-se em discussão a capacidade de absorção e execução das Instituições Públicas de Ensino e Pesquisa.

De acordo com Roberto Vermulm, embora os compromissos assumidos desde 2009 pelo Fundo sejam superiores a R\$ 1 bilhão, frente ao grande número de Instituições e a tendência crescente do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, percebe-se que a injeção de investimentos em pesquisa por parte do CT-INFRA não é excessiva. Ainda segundo o representante da FINEP, as dificuldades de execução das universidades têm sido uma frente de trabalho da Agência. Portanto, o comitê não deve deixar de alimentar o Sistema em plena expansão. Seguindo sua argumentação, o que pode constituir um problema, por outro lado, é a questão da operacionalização do orçamento. Deste modo, o que propõe é que o desenvolvimento da Chamada culmine com o lançamento de seu resultado no fim do ano, de forma que o impacto orçamentário seja sobre o ano de 2014.

Após a discussão dos membros, foram resumidas as seguintes necessidades:

- conhecer mais detalhadamente a carteira de projetos em vigência;
- articulação com as ações da CAPES, como o Pró-Equipamentos;
- buscar ações para a diminuição das assimetrias regionais.

O secretário técnico da FINEP, Ricardo Rosa, apresentou um panorama da execução dos recursos do CT-INFRA ao longo dos 12 anos de seu funcionamento. Baseada no padrão de execução dos projetos ao longo do tempo e no atual comprometimento dos recursos, foi realizada uma projeção do futuro comprometimento do fundo até 2017, referente aos projetos ainda em vigência. O quadro abaixo esquematiza a situação dos compromissos já assumidos até 2017:

Em R\$ milhões

Comprometimento total CT-INFRA	
ano	Total (PROINFRA + ABRUEM + NOVOS CAMPI)
2013	324,9
2014	264,8
2015	197,2
2016	136,3
2017	108,7

3. Cenário do Orçamento do FNDCT para 2013 e Plano de Investimento para 2013

O Presidente do Comitê chama a atenção dos membros para a necessária avaliação da atuação futura do CT-INFRA. Existem fatores a considerar como: a entrada de novos atores no aporte de recursos para infraestrutura de ensino e pesquisa, como o programa REUNI/MEC e as previstas destinações do Fundo Social dos *royalties* do Petróleo; a assimetria entre a produção científica e tecnológica e um crescimento polarizado no sudeste do País; um crescimento contínuo do comprometimento orçamentário dos recursos do Fundo; e problemas de execução nas Universidades. Estes fatores são importantes para pensar as futuras decisões do Comitê.

O Presidente e representante do CNPq, Glaucius Oliva, reforçou a fala do Presidente do Comitê e ressalta a importância estratégica que o PROINFRA deveria assumir ao agir como uma instância de apoio a áreas estratégicas. A presente situação, em que o planejamento orçamentário das universidades torna-se dependente do apoio anual do PROINFRA, engessa o potencial estratégico dos recursos do Fundo e cria um hábito indesejável.

O representante da comunidade acadêmica, Professor José Ivonildo do Rego, se manifestou em favor da continuidade do lançamento anual das chamadas, alegando que o planejamento do PROINFRA é pensado para comprometer apenas R\$ 120 milhões por ano durante três anos. Segundo ele, o fluxo de lançamento de chamadas não deve ser interrompido e o desejável é atuar no ajuste de problemas de execução.

O representante do MEC, Luiz Carlos Rego, solicita que na Chamada Pública a redação seja feita, conforme a própria legislação de criação do fundo, de forma a contemplar a implantação e recuperação de infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa. Desta forma, incluem-se também os Institutos Federais e não apenas as Universidades. Os membros do Comitê acataram esta sugestão.

O presidente do CNPq tomou a palavra para esclarecer que sua intenção era aquela de ressaltar a importância dos instrumentos do Fundo como instrumentos de efetivação de uma política científica, ou seja, de tomar a feição de decisões estratégicas. Retomou ainda aquilo que foi colocado pelo Professor José Ivonildo, para esclarecer que apesar do PROINFRA ter sido planejado para ser uma ação com impacto orçamentário de R\$ 120 milhões por ano em três anos, esta nunca foi sua realidade. Na sua série histórica, até mesmo em virtude das atividades que apoia, ou seja, aquelas de obra, a execução orçamentária anual nunca alcançou o valor de R\$ 360 milhões. É isto que tem gerado, e gerará, caso a sistemática permaneça, uma acumulação crescente do comprometimento orçamentário posterior.

O representante da FINEP defende um posicionamento intermediário, de forma a evitar a interrupção abrupta do fluxo de recursos do PROINFRA. Esta perspectiva contemplaria um trabalho na diminuição das assimetrias regionais por meio de uma Chamada para Universidades Estaduais e Municipais, com contrapartida igualitária das Fundações de Amparo à Pesquisa e possibilidade de apoiar no máximo duas Universidades por Estado. Outra medida seria o estabelecimento de um critério de avaliação que valorizasse a apresentação de projetos de *campi* fora de sede das Universidades Federais, no PROINFRA.

A proposta de apoiar no máximo duas Universidades por Estado, na chamada solicitada pela ABRUEM, recebeu críticas, já que Estados que apoiam o desenvolvimento de Universidades Estaduais serão prejudicados. O presidente do CNPq deu o exemplo do Paraná, que aporta montante considerável de recursos em suas mais de 5 universidades estaduais.

A partir das colocações feitas, o Presidente do Comitê fez a seguinte proposta alocação:

Realização de três chamadas: PROINFRA, de R\$ 300 milhões; PROINFRA- *Campi* fora de sede, de R\$ 70 milhões; e Chamada para Universidades Estaduais e Municipais, no valor de R\$ 30 milhões com contrapartida igualitária das FAP. Estas ações devem contemplar medidas de mitigação das assimetrias regionais e o estabelecimento de áreas prioritárias e estratégicas. Aumentar as porcentagens mínimas de apoio das regiões N, NE e CO, de 30% para 40%.

Este arranjo teria um caráter provisório e prevê o retorno das chamadas PROINFRA ao patamar de R\$ 360 milhões após o ajuste destas assimetrias. Estas medidas preveem a fixação de doutores nos *campi* fora de sede e sinaliza o apoio à expansão do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

O Professor Renato Cotta, representante da comunidade científica, ressalta a importância do processo dinâmico das prioridades dentro da política científica. Ele concorda com o encaminhamento de ações no sentido de trabalhar as assimetrias regionais, no entanto, seria importante uma sinalização prévia à comunidade acadêmica, para que em seus arranjos internos, as universidades possam se adequar à nova conjuntura.

Os membros, como conclusão da discussão, acordaram:

Aprovar três chamadas PROINFRA, de R\$ 300 milhões; PROINFRA- *Campi* fora de sede, de R\$ 70 milhões; e Chamada para Universidades Estaduais e Municipais, no valor de R\$ 30 milhões com contrapartida igualitária das FAP. O representante da FINEP solicitou a possibilidade de avaliar tecnicamente o lançamento de uma única chamada que englobasse o PROINFRA e o PROINFRA - *Campi* fora de sede, como dois subeditais. Fica ainda a ser analisada a possibilidade orçamentária de ser realizada a Chamada do PROINFRA no valor de R\$ 360 milhões.

Reforçar a necessidade de sinalizar um processo de transição na avaliação dos projetos, por meio de critérios de avaliação que valorizassem a mitigação das assimetrias regionais e aquelas entre os *campi*. Contemplar a indução de áreas estratégicas.

4. Documentos do Fundo Setorial

Foram aprovados o Manual Operativo e o Regimento Interno do Fundo Setorial de Infraestrutura.

5. Documento de Diretrizes

O representante da CGEE, Eduardo Moresi, informou que foi elaborada uma nota técnica pelo Professor Luciano Póvoa. O documento teve como objetivo fornecer um panorama dos últimos dez anos do CT-INFRA. Segundo ele, a nota não consiste em uma prescrição de diretrizes.

De acordo com a avaliação dos membros, a nota não reflete os aspectos levantados pelo atual

cenário da Infraestrutura de pesquisa no País, discutidos no Comitê. O Professor José Ivonildo foi indicado para colaborar na construção conjunta com o CGEE do documento de Diretrizes. Deverá ser realizada no fim de fevereiro uma discussão sobre o tema entre os membros.

6. Outros assuntos

Foram aprovadas as atas da I Reunião Extraordinária do CT-INFRA do ano de 2012 e da 36ª Reunião Ordinária do CT-INFRA.

Foi acordado um calendário, que contempla três reuniões no ano de 2013. A primeira delas foi prevista para o começo de março.

4. DELIBERAÇÕES

Foram tomadas as seguintes deliberações pelo Comitê Gestor:

1. Aprovar três chamadas públicas no total de R\$ 400 milhões:
 - PROINFRA, no valor de R\$ 300 milhões (sob análise a possibilidade de acomodar orçamentariamente o valor de R\$ 360 milhões);
 - CAMPI FORA DE SEDE, no valor de R\$ 70 milhões (sob análise a possibilidade de operacionalização técnica o lançamento de edital único com o PROINFRA)
 - UNIVERSIDADES ESTADUAIS E MUNICIPAIS (ABRUEM), no valor de R\$ 30 milhões (com uma contrapartida igualitária das FAP).
2. Priorizar, dentro das ações aprovadas, medidas para sanar as assimetrias regionais;
3. Traçar, dentro das ações aprovadas, áreas prioritárias para indução;
4. Aprovação do Manual Operativo do Fundo de Infraestrutura;
5. Aprovação do Regimento Interno do Fundo de Infraestrutura;
6. Aprovação da ata da 36ª Reunião União Ordinária do CT-INFRA;
7. Aprovação da ata da I Reunião Extraordinária de 2012 do CT-INFRA.

Brasília, 19 de dezembro de 2012.

.....
LUIZ ANTONIO RODRIGUES ELIAS